



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a realização de diligência no âmbito desta Comissão, com o objetivo de apurar as graves denúncias de atentados e de crimes de assassinato cometidos contra indígenas de Mato Grosso do Sul, cuja autoria é atribuída a produtores rurais e a milícias armadas, em conflitos motivados pela disputa de terras no referido Estado.

Senhora Presidenta,

Com amparo no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a realização de diligência, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de apurar as gravíssimas denúncias sobre atentados e assassinatos cometidos contra indígenas de Mato Grosso do Sul, sabendo-se que os indícios evidenciam claramente a participação direta de produtores rurais e de milicianos armados nesses conflitos, por sua vez, motivados pela disputa de terras no Estado. Com tal diligência, esperamos poder colher o máximo de elementos possíveis



CÂMARA DOS DEPUTADOS

para, posteriormente, promovermos uma audiência pública sobre o assunto.

Justificativa

Após receber em meu gabinete o deputado estadual Laerte Tetila (PT), no dia 11 de outubro último, ficamos profundamente chocados com o seu relato dramático sobre o quadro preocupante da violência que nos últimos meses tem sido praticada contra índios de Mato Grosso do Sul. O deputado, que preside a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do mesmo estado, apresentou recentemente aos membros da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, em Brasília, um diagnóstico que revela o brutal recrudescimento dos atos de violência praticados contra comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul em 2011.

De acordo com o documento elaborado pelo deputado, apenas nos primeiros nove meses de 2011, 38 índios foram assassinados no Brasil, sendo que 27 dos homicídios ocorreram em Mato Grosso do Sul, estado onde atualmente 42 áreas indígenas se encontram em litígio. Os crimes ocorrem em diferentes regiões da unidade, porém Tetila suspeita da existência de uma organização muito bem orquestrada, responsável pela escalada dos atos de violência em MS.

Esse levantamento preliminar da violência contra os índios, segundo Tetila, foi feito pelo Cimi – Conselho Indigenista Missionário, uma organização não-governamental cujo trabalho é reconhecido mundialmente. No ano passado, segundo estatística do Cimi, Mato Grosso do Sul concentrou 57% de todos os assassinatos de índios ocorridos no Brasil. Por essa estatística, 60 índios foram assassinados no país – desse total, 34 dos crimes foram registrados no estado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Conforme levantamento da ONG, essa é a unidade da federação mais violenta para os índios e, coincidentemente, a que possui a segunda maior população indígena do Brasil (50 mil) – a região amazônica concentra o maior contingente.

Ainda durante a reunião com o deputado Laerte, o mesmo relatou a ocorrência de um atentado com coquetel molotov deflagrado em uma aldeia do município de Miranda, contra um ônibus escolar indígena, no qual uma índia, com quase setenta por cento do corpo queimado, faleceu no mês de agosto em decorrência desse incidente e, até o presente momento, não houve investigação, indiciamento ou prisão de nenhuma pessoa, fato que nos afronta e ao mesmo tempo nos indigna.

Ironicamente, cerca de 200 índios se encontram detidos em Mato Grosso do Sul, muitos sem qualquer condenação judicial, por motivos irrelevantes ou por crimes de menor potencial ofensivo, mas que não conseguem ser liberados por falta de acompanhamento jurídico, segundo fui informada pelo deputado.

O diagnóstico sobre os conflitos, que envolve diretamente a ação violenta de produtores rurais e de milícias armadas contra indígenas, aponta que a terra é a causa maior de toda essa violência. Por isso, há três meses, o deputado Tetila apresentou ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, um projeto de lei que prevê a criação de um Fundo e, por ele, aquisição, pelo Governo do Estado, de terras indígenas em conflito. Pelo projeto, as terras em áreas de conflito seriam desapropriadas pelo preço de mercado, e não mais apenas pelas benfeitorias, como ocorre hoje.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nesse sentido, considerando-se a existência de farto material que, indubitavelmente, revela a ocorrência de atentados e de crimes hediondos cometidos por produtores rurais e milícias armadas contra indígenas de Mato Grosso do Sul, em meio a disputas por terras, as quais vêm ocorrendo velada e indiscriminadamente em todas as 42 áreas indígenas localizadas no interior do referido Estado, solicitamos que esta Comissão possa acompanhar o caso, realizando diligências no sentido de contribuir para o esclarecimento dos fatos sobre os quais pairam graves suspeitas.

Diante do exposto, formulo o presente Requerimento, esperando contar com apoio para a sua aprovação.

Deputada Erika Kokay

(PT-DF)